

“SOBRE O CHÃO DE SALVADOR”. Mercado de trabalho, hierarquias raciais e relações de gênero (1900-1940).

MARIA APARECIDA PRAZERES SANCHES¹

A economia baiana no alvorecer da República caracterizava-se por manter muitos atributos ditos “tradicionais” em decorrência do seu caráter eminentemente agroexportador. Essa natureza mercantil manter-se-ia inalterada até a década de 40, quando a Bahia, sob o impulso da implantação da Petrobrás, com a descoberta de petróleo em 1939, na localidade de Lobato, veria sua economia modificar-se substancialmente.

Mas até que essas modificações ocorressem, o mercado de trabalho soteropolitano se manteria, para o final do XIX e as primeiras décadas do XX, pouco alterado, sendo o comércio, grossista e varejista, um dos principais pólos de geração de empregos em cujas atividades vamos encontrar representantes de todas as categorias sociais e raciais da cidade. Segundo as estimativas de Santos, em torno de 10.000 a 12.000 indivíduos viviam de seus empregos no setor comercial no ano de 1920 (SANTOS,2001:26), mas havia uma variedade de atividades que envolviam o comércio cujos significados em termos de sobrevivência e prestígio social em muito divergiam. Nesta atividade trabalhavam desde os funcionários qualificados, na sua maioria brancos, com boa escolarização, dedicados aos negócios de exportação e importação, até funcionários menos qualificadas que exerciam atividade de vendedores de balcão, caixeiros, ajudantes, faxineiros, guarda-livros (AZEVEDO, 1996: 26).

O pequeno comércio ambulante, que carecia de poucos recursos e pouca ou nenhuma escolarização, constituía-se em uma atividade mais “democrática”, absorvendo um grande número de homens e mulheres, quase todos não brancos que viviam de vender suas mercadorias pelas ruas da cidade. Em 1917 A Cidade, sob o título de “As vendedeiras de cocada no Cabeça”, relatou a vendagem dessa iguaria baiana numa rua do centro, a do Cabeça, ao 2 de Julho. Segundo o articulista:

As vendagens de cocada nesta capital, têm fascinado muitas das nossas mulheres do povo. Nem todas resistem à laboriosa mania de vender cocadas. Pelas ruas, avenidas e nos mais longínquos pontos urbanos, ellas ahí estão, com os seus turbantes exóticos, amarfanhados na cabeça, a bandeja exposta na calçada, abarrotadas de ‘bonbons’ feitos de rapadura e côco. No Cabeça, então, é que as ‘yayás’ organizaram a sua feira de guloseimas, a maior feira de cocadas que temos visto na Bahia. Disse-nos uma sorrindo, quando por

¹Professora Doutora da UEFS/DHCF/ Curso de História/ Coord. do Grupo de Pesquisa Cultura, Poder, Gênero e Território. Email: cidaprazeres@ig.com.br

nós interpellada, sobre a venda dos seus produtos ‘mélifcos’: - Ah! Yoyô, eu não gosto de gente branca porque é má e só quer acabar com nosso ‘negociação’... Veja que isto constitui o nosso meio de vida. O que nós dá alguns vinténs. Vendemos muito, yoyô. E começou a contar uma trova de ‘samba’, que nos trazia à evocação o anoitecer ardente das terras africanas. (BPEB:1917)

A ligação desse pequeno comércio com o passado africano marcava essa atividade com signos de desprestígio social, e aqueles a ele dedicados eram constantemente acusados de enfeiar a cidade. Sob o título de “Os Aspectos feios da Urbs - *Vestigios de Colonia*”, o A Cidade renovava suas duras críticas à presença desse comércio nas ruas de Salvador:

... É um dos abusos que devem desaparecer. As Feiras do Largo 2 de Julho, na Ribeira de Itapagipe, na Conceição da Praia, na Baixa dos Sapateiros, na Fonte Nova, etc. Em certas ruas, como na do Maciel, por exemplo, ‘africanas’ vendem, em ‘gamellas’ immundas, immundas ‘bugigangas’...(BPEB, 1918)

Porém, em que pese a importância das mulheres negras no tradicional comércio de alimentos nas ruas da cidade, os dados consultados a partir dos processos de defloramento que serve de base a esse estudo, vemos um percentual significativamente maior de homens e não de mulheres nas atividades comerciais como um todo². Nos processos apenas 9 vítimas envolvidas declararam trabalharem no comércio, sendo que 5 foram descritas como brancas, 1 como mestiça, 1 como parda e 1 como morena. Já entre os acusados, 90 deles indicaram o comércio como sua atividade de trabalho, sendo 13 descritos como brancos, 4 como pardos e 3 como preto, sendo estes três últimos do comércio ambulante. Entre as testemunhas, novamente vamos encontrar o maior índice de homens, 221 deles trabalhavam no comércio contra 22 mulheres.

Em relação à cor dos empregados do comércio, os dados indicam uma forte hierarquização por cor nessa atividade, uma vez que dos 25 acusados brancos, 13 deles indicaram o comércio como atividade de trabalho. Nos quadros de distribuição de atividades por cor, apresentados por Donald Pierson (1971:229) para 1930, época de sua pesquisa, os brancos corresponderam a 54,8% dos empregados no comércio, enquanto os pretos 1,6% e mulatos 27,4%. No comércio de balcão das lojas do centro, segundo Thales Azevedo

² Os corpos documentais que alicerça esse artigo fazem parte da minha pesquisa de doutoramento cuja tese foi defendida em 2010 e que analisou 383 processos de Defloramentos no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA). Além dos processos vários jornais em circulação a época foram pesquisados, estes fazem parte da coleção da Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEBA.

(1996:85), só se empregavam “brancos ou morenos”. Ainda pelos dados apresentados pelo autor das

150 médias e pequenas lojas de fazendas, miudezas, artigos femininos, louças e artigos domésticos, eletricidade e ferragens, calçados, em farmácias, armazéns de gênero alimentícios, padarias, numa rua comercial freqüentado pelo operariado e pela população mais pobre, não foi vista nenhuma pessoa preta ou mulata escura nas funções de gerentes, caixas ou vendedor.

É interessante perceber que essa seleção racial que vinha sempre codificada na frase “boa aparência” acabara investindo o trabalho no comércio de loja de relativo prestígio, principalmente para as jovens, ainda que, segundo Azevedo (1996:85), a incorporação das moças de cor clara fosse facilitada não somente pela cor mas também por concordarem em trabalhar por salários menores que os que seriam pagos aos rapazes³. Um exemplo dessa forma de seleção pode ser apreendido no anúncio publicado pelo jornal A Tarde, em 1914(BPEB), solicitando “Moças. Brancas ou quase. Trabalhadeiras e de bom comportamento, precisa-se para endereçar envelopes e outros trabalhos leves de propaganda. Rua do Corpo Santo 75 – 2 andar, das 11 às 12”.

A discrepância entre o número de homens e mulheres dedicados ao comércio ambulante nos chamou a atenção uma vez que a literatura tem ressaltado a importância dessa atividade para muitas mulheres não brancas na luta pela sobrevivência e de suas famílias. Ferreira Filho (2003:42), analisando os documentos de arrecadação municipal, demonstrou que a forma desses dados serem registrados não permite uma avaliação quantitativa da relação entre os sexos, computando dos 604 vendedores ambulantes que pagaram tributos, apenas 35 mulheres, inferida pela sua atividade de feiteiras. Se levarmos em conta esta consideração, é provável que o baixo número de inscritos fosse resultado das resistências cotidianas ao controle da municipalidade sob as atividades ao ganho e ao pagamento de impostos, que onerava, e muito, a manutenção desses pequenos negócios.⁴

³Segundo Mario Augusto da Silva Santos ainda que prestigiosa o emprego do no comércio pagava poucos rendimentos aos seus empregados e fazia com que estes só conseguisse sustentar sua família com o concurso do trabalho das esposas e filhas, com bolos, doces, costuras e bordados. 2001:23. Entretanto essa competição era exercida sobre o trabalho de atendimento de balcão, caixeiros e guarda-livros eram cargos sempre ocupados por homens.

⁴ Maria Odila da Silva Leite (1995) descreve essas atividades realizadas nas ruas da São Paulo do século XIX e demonstra as mulheres que viviam ao ganho driblavam as recorrentes tentativas de controle estabelecidas pela municipalidade paulista. Ao nosso ver, essas resistências vararam o século XX como uma característica intrínseca a essa atividade, tanto para São Paulo, como Salvador.

Uma característica que surge nos relatos de memorialistas e romancistas é a descrição dessas mulheres como maduras, algumas já entradas na idade, gordas, apelidadas por Títias da Costa ou Mamãe-bota⁵. No romance **Suor**, do escritor Jorge Amado (1966:203), vamos encontrar a “titia”, uma negra que vendia munguzá, mingau e acarajés na porta do Prédio 68, uma casa de cômodos no Pelourinho. Amado descreve a vendedora como de “carapinha branca”, fartos peitos que “já não seduziam”. Ao referir-se à “mulher do mingau”, Vianna (1973:144) as descreve como mulheres que “sustentavam infalivelmente uma família inteira, filhos, netos e, algumas vezes, um companheiro inútil por invalidez ou falta de caráter”. Landes (2006:54), no seu primeiro contato com a população negra de Salvador, descreve as mulheres que trabalhavam numa Feira na Cidade Baixa como

“pretas de saias e torsos coloridos e blusas brancas (...). Eram, em geral, mulheres velhas, na aparência robusta, confiantes em si mesmas, profundamente interessadas no trabalho do momento. Geriam açougues, quitandas, balcões de doces e frutas e as barracas onde vendiam especiarias, sabão contas e outras especialidades vindas da costa ocidental da África”.

No folhetim, *A Ciganinha*, publicado no ano de 1912 pelo jornal *Gazeta de Notícias* (BPEB), vamos encontrar novamente a descrição dessa vendedora de rua, à porta de uma taverna nas imediações da Igreja do Rosário, no Pelourinho, como uma “negra, (..) de carnes molles, pelle luzidia, carapinhas retorcidas, brancas”. Esta se fazia acompanhar por uma jovem, parda, de 18 anos que a ajudava no serviço, e era constantemente beliscada e apalpada pelos homens, brancos e negros, que se aproximavam para a compra da iguaria.

Ao que parece, a referência a essas mulheres como “Tias” ou “Mães” indica que esse comércio de rua não era, preferencialmente, exercido por mulheres jovens, inexperientes, mas sim por mulheres que já haviam constituído família, mãe de filhos, casadas ou amasiadas, com idade ou aparência de mulheres maduras. A condição de “mães” e “tias” deveria proteger essas mulheres dos conflitos com homens que comumente estouravam nas ruas da cidade, além de impor certo respeito.

Em 1946, Lourdes Ferreira de Lima, 22 anos, parda (APEB), quando mercava fato no porto da Barra ao lado de uma companheira de trabalho, Odete Eduarda dos Santos, 19 anos,

⁵ Hildegardes Vianna (1973: 128-131) ao descrever o cotidiano de trabalho dessas vendedoras de comida chamadas por “tias da Costa”. Landes (2006: 53-55) em seu primeiro contato com a gente da terra levada pelo Dr. Oliveira a um mercado na Cidade Baixa, é apresentada a uma negra que trabalhava nesse mercado a qual o médico chama de Titia e Tia Julia. Tal denominação remonta ao período escravista, e o da Costa remete a origem Africana dessas mulheres.

amasiada e mãe de um filho, envolveu-se num conflito com Terêncio Ribeiro da Silva, 34 anos, preto, vendedor ambulante. A origem do conflito foi uma brincadeira de Terêncio para com Lourdes, que revidara “descompondo” este, afirmando que não o conhecia e que este a “respeitasse”. Durante a confusão, que redundou no esfaqueamento de Lourdes, sua companheira Odete tentou socorrê-la, indicando que dividir um mesmo ponto de venda era uma forma de apoio, de mútua proteção para elas. Ao nosso ver, ambas, pela pouca idade, deveriam constituir uma exceção no comércio de rua. É possível que, quando jovens, essas mulheres se fizessem acompanhar por amásios, filhos, irmãos ou acompanhassem suas mães, tias e ou madrinhas, donas do negócio, que as ensinavam e as protegiam do assédio de homens afoitos, como era o caso da “tia” do Folhetim Ciganinha que, a todo momento, chamava a atenção da moça ou dos homens que encostavam para comprar o mingau.

A ousadia dos gracejos a Lourdes mistura-se a uma tentativa de sedução de uma jovem mulher que trabalhava na rua. A presença da violência no trato das relações pessoais e amorosas entre homens e mulheres será uma constante na documentação coligida, cuja lógica será pautada pela desigualdade social, simbólica e física entre eles. Para os homens, bastava ser agressivo, inoportuno e dominador para submeter as mulheres aos seus desejos. Assim, o espaço da rua assumia significados ambíguos para as mulheres, pois a um só tempo era o espaço da sobrevivência, das solidariedades construídas entre iguais, mas também era o espaço da violência como a experimentada por Lourdes e Odete. Para muitos homens, a presença das mulheres na rua significava disponibilidade sexual, pois um dos significados que a rua assumia era como espaço de prostituição, de mulheres vividas, experientes sexualmente, mulheres jovens ou virgens, rezava os preceitos, deveriam ficar em casa e só sair acompanhadas com responsáveis.

Portanto, estar na rua significava saber se defender das muitas possibilidades de violências e demandava experiência, capacidade de negociação para saber lidar com gracejos, o que faltara a Lourdes, para que os encontros cotidianos na rua não descambassem para violência, não sendo, pois, estranho que o comércio na rua fosse ocupado no geral por mulheres experientes o que explicaria as poucas referências a essa atividade nos processos de defloração nos quais as mulheres arroladas, em sua maioria, tinham entre 13 e 18 anos.

Da rua para a casa: o trabalho doméstico como forma de sobrevivência

O setor de atividades em que as mulheres estarão melhor representadas, será o serviço doméstico (65,01% das vítimas), seguido pela atividade de costura (14,62%) e pelo trabalho

na indústria (7,05%). O serviço doméstico constituiu-se numa importante alternativa de trabalho na luta pela sobrevivência de muitas mulheres pobres, mas ainda assim, essa atividade, devido ao seu caráter de subordinação e subalternidade social, era marcada por grande desprestígio social, e aquelas que dele dependiam estavam sempre sujeitas a formas extremas de exploração e violência. Mas é necessário distinguir a atividade doméstica exercida pelas mulheres em suas casas, e aquela exercida na casa de outrem. O trabalho doméstico, quando associado ao padrão de feminilidade, com base na concepção de família burguesa que se consolidava na república, associado ao papel de esposa e mãe, não desqualificava socialmente a mulher que o exercia, pois o espaço doméstico era constituído como o local de construção do ideal de feminilidade, mas as posições hierárquicas que donas de casa e empregadas assumiam nesse universo as distinguiu socialmente. Quando o trabalho doméstico é realizado na casa de outrem, ele se associa à condição de pobreza e despreparo educacional para o exercício de atividades mais prestigiosas (SANCHES, 1998: 32-34).

A condição de pobreza está sempre associada à necessidade de trabalhar como doméstica. Em 1924, as testemunhas arroladas no processo de defloramento de Francisca Borges dos Santos, preta, sabendo ler e escrever, 16 anos, serviço doméstico, são unânimes em afirmar que “a ofendida é pobre pois vive como empregada”(APEBA, 1924). Viver como empregada doméstica aparece também como a única alternativa para muitas mulheres diante dos reveses da sorte, como ocorrera com Dulce, que após a morte do pai foi obrigada a ir morar com a mãe na casa de uma irmã casada. Mas o custo de moradia e alimentação não permitia a esta viver sustentada pelo cunhado, assim restou a Dulce empregar-se como doméstica. As humilhações e constantes conflitos com as sucessivas patroas levam Dulce a um ato desesperado, suicidando-se (APEBA – Jornal Diário da Bahia 1933). Humilhações, espancamentos, xingamentos e castigos aparecem de forma recorrente nos jornais do período como resultado de conflitos entre patrões e empregadas, Na Bahia, o estigma da escravidão, tão presente nas relações de subalternidade que permeavam a atividade doméstica, associado à construção ideológica da inferioridade de negros, pobres e mestiços, propalada pela nossas elites pensantes, acabavam por justificar e naturalizar o uso da violência sobre os empregados domésticos, reforçando ainda mais os laços com a escravidão extinta e o desprestígio da profissão(SANCHES, 1998:99)

De volta para a rua: Ateliês, Fabriquetas e outras formas de trabalho

Apesar do Censo de 1920 definir como indústria de vestuário e toucador as atividades que consistiam na confecção de chapéus, roupas, acessórios, sapatos etc e empregar cerca de 22.442 indivíduos (sendo 6.281 homens e 16.161 mulheres), a considerar as análises de Santos (2001:17-25), essas indústrias eram, na sua maioria, o que ele define como fabriquetas, via de regra instaladas na residência do dono, com emprego mínimo de mão-de-obra assalariada. A costura compunha, mesmo, o conjunto de atividades definidas como artesanato doméstico, do qual faziam parte ainda o bordado, a confecção de chapéus, de flores, rendas, luvas, gravatas, passando também pelo fabrico de variados doces, como no caso das cocadas acima discutido. E foi no artesanato doméstico que muitas mulheres encontraram vias seguras de acesso ao trabalho remunerado, cuja produção abastecia o comércio ambulante, os armarinhos e lojas da cidade, renovando continuamente os estoques de acessórios de roupas masculinas, femininas e infantis. Nessa atividade, vamos encontrar mulheres solteiras e casadas que trabalhavam para seu sustento e de suas famílias.

O trabalho de costuras assemelhava-se, em muitos casos, aos contratos de serviço doméstico, com as jovens indo residir na casa de seus patrões, ou lá ficando por tempo determinado para executar um serviço encomendado. O aprendizado da profissão necessitava de aptidão, adestramento e especialização, que era muitas vezes iniciado junto às mães, tias ou madrinhas que já dominassem o segredo da tesoura, linha e agulha, ou através dos ateliês de costura, onde as meninas eram colocadas como aprendizes. Em 1927, Eulina Batista de Jesus, 19 anos, preta, sabendo ler e escrever, disse em seu depoimento que “há cerca de 06 meses aprendia a bordar com Laura Batista”. Eulina foi posta a aprender bordado por sua mãe Sebastiana Batista de Jesus após ter deixado a “casa de sua patroa onde era empregada em Itapagipe” (APEBA – Série Defloramento, caixa 15, documento 03, 1927). Foi também buscando a profissionalização para conseguir melhor empregar-se que a madrinha de Hilza Urpia, 16 anos, parda, instrução primária, Venancia dos Santos Rodrigues, colocou-a para aprender costura em sua casa e assim poder ajudar a sua mãe no sustento da casa e de suas irmãs.

Nos ateliês, o trabalho da costura era exaustivo, em reportagem de 1935, o Jornal A Tarde denunciava a longa jornada de trabalho das costureiras de ateliês, que duravam “9 horas por dia, com alguns minutos para almoço (...) Não lhes concedem férias (...) Sua remuneração pelo trabalho diário, (...) é de 2\$500 e às vezes 3\$000” (IGHB - A Tarde 05 de setembro de 1935, p 5). Em sua crítica o articulista alerta para o fato da legislação trabalhista não ser respeitada pelos donos de ateliês, comparando a costura com o trabalho doméstico, sendo este último

considerado mais vantajoso. É provável que a vantagem a que se refere o articulista reside no fato da alimentação e moradia correr por conta dos patrões, sem levar em conta a carga de desqualificação social que o trabalho doméstico ensejava e a costura não. Ainda que toda forma de exploração do trabalho consista em atitude condenável. A exploração do trabalho nos ateliês parecia menos indigna que a sofrida nas casas particulares.

Outro dado importante no trabalho de costura é que este era exercido, na maioria das vezes, por mulheres claras, pardas, brancas ou mestiças, a presença das negras parece ter sido em número bem menor, demonstrando haver um claro recorte racial no exercício de determinadas atividades femininas. O Diário da Bahia, em sua edição de janeiro de 1925, faz uma enquete entre os trabalhadores e populares para saber as expectativas para o ano que se iniciava, retratando dois tipos muito comuns de trabalhadoras que freqüentemente trafegavam pelas ruas da cidade: a costureira e a quituteira. A primeira é retratada como um jovem, senão branca, com certeza clara. A nota que acompanha o desenho nos fala de uma moça pobre, clara, que sofrera a amargura no ano anterior, 1924, de ter sido abandonada pelo noivo. Mas uma deflorada?

Ao contabilizarmos a cor e a profissão das defloradas nos processos pesquisados, vemos que no total das 53 costureiras, 5 eram brancas, 11 mestiças e 23 pardas e somente 15 eram pretas. Indicando a presença diminuta de mulheres negras nessa profissão. Em 1936, o A Tarde sob o título de “As profissões anônimas, na cidade. Em defeza da vida – vivendo aos pés do próximo- os vendedores da sorte – A preta da cocada e do acarajé. Como se luta nos dias sombrios que passa”(BPEB, A Tarde, 05 de Setembro, 1936, p2) descreve as profissões dos “trabalhadores obscuros”, frente à carestia dos gêneros alimentícios no ano 1936, e a negra vendedora de cocada e acarajé é retratada como representante desses trabalhadores, sentada ao meio-fio, com seu tabuleiro ao lado, à espera do “freguês”. Os trocadilhos empregados pelo articulista, “viver aos pés”, “trabalhadores anônimos”, “trabalhadores obscuros”, mais que um recurso de linguagem, nos dá conta da subalternidade e do desprestígio do trabalho de quituteira.

A indústria aparece como a terceira atividade a que se dedicavam as mulheres envolvidas nos processos de defloração, compondo o percentual de 6,8%. Para os homens, o percentual foi de apenas 3,9. Se compararmos com a tabela das testemunhas, o percentual inverte, e passamos a ter um número maior de homens que de mulheres dedicados ao setor da indústria. Ainda assim os dados indicam um número baixo de operários, o que atesta o caráter

incipiente da indústria até o início dos anos 50. Segundo Santos (2001:17-18), na Bahia, a maioria dos empreendimentos industriais era constituída de oficinas e pequenas indústrias de caráter familiar e com baixo emprego de mão-de-obra assalariada, havendo poucas fábricas de grande e médio porte. Entre 1910 e 1930, o número de operários empregados variou de 2.000 a 10.000, divididos entre os 316 empreendimentos. Para o período de 1940 a 1950, havia pouco mais de 449 empreendimentos industriais, contando com pouco mais de 13.682 empregados (FREITAS, 1985:33). Demonstrando a baixa absorção pela indústria da mão-de-obra disponível.

Os setores de atividade mais indicados pelos homens envolvidos em processos de defloramento foram a Construção Civil, com 11,5 %; o Funcionalismo Público, com 8,6 %; a Segurança Pública, com 7,8%; o Setor de Transportes, com 8,1% e o de Serviços, com 16,2%. Numa economia pouco dinâmica, o Estado fora um grande empregador, segundo Azevedo (1996:95) nas repartições públicas havia muitos “funcionários de cor, principalmente nos cargos mais modestos” e a instituição de concursos públicos para provimento de vagas facilitava o ingresso de “funcionários escuros”. Somando-se o percentual do funcionalismo com o da Segurança Pública, temos o total de 16,4% dos envolvidos em casos de defloramento trabalhando nos mais diversos setores de atuação da estrutura estatal. Das repartições que mais absorviam a mão-de-obra soteropolitana, temos a Alfândega, onde trabalhava o pai de Isabel Lopes da Cunha, preta, que teve sua condição de pobreza questionada pelo advogado de defesa por conta de seus vencimentos como funcionário público (APEBA – Série Defloramento, caixa 19, documento 4, 1930); os Correios e Telégrafos, onde trabalhavam Mario Novais da Silva (APEBA – Série Defloramento, caixa 15, documento 1, 1928), 18 anos, sabendo ler e escrever, Manoel Lopes Sodré (APEBA – Série Defloramento, caixa 14, documento 10, 1929), 28 anos, sabendo ler e escrever e Altamiro Fonseca (APEBA – Série Defloramento, caixa 27, documento 6, 1934), 24 anos, sabendo ler e escrever, e a Segurança Pública.

Segurança pública, polícia civil, militar e bombeiros tiveram, tradicionalmente, em suas fileiras muitos não brancos, constituindo-se em um dos veículos ascensionais para os “homens de cor”, cujos sistemas de promoção não impediam “soldados mulatos e pretos subirem aos quadros oficiais” (AZEVEDO, 1996:101). Mas essas corporações não possuíam o mesmo prestígio das Forças Armadas, o que tornava mais fácil o ingresso dos negromestiços, principalmente na corporação de Bombeiros, a menos prestigiada das três. A partir

das informações de Azevedo (1996:99-102), vemos que o aumento de prestígio social que a carreira de oficial da milícia estadual ganha com a criação de uma escola de formação de oficiais, vê-se rarear o número de escuros, havendo um progressivo clareamento no seu oficialato.

A construção civil era outra fonte geradora de empregos, mas a maior ou menor oferta esteve associada à disponibilidade de investimento de capital privado ou público. A crônica escassez de moradia, comumente alardeada pela imprensa, denota os investimentos de pouca monta de capital privado na construção predial, e os investimentos públicos nas reformas urbanas variam muito, tendo seus melhores momentos nos governos de Seabra e Góes Calmon. Na construção civil, temos pintores, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, vidraceiros, marmoristas, encanadores, eletricitistas. Estas eram profissões cujos aprendizados também se faziam junto a aqueles já profissionalizados, na categoria de aprendizes e ajudantes, ou em instituições como a Santa Casa de Misericórdia, A Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim e o Liceu de Artes e Ofícios que, além da alfabetização dos órfãos e expostos, a exemplo dos dois primeiros, promoviam a profissionalizações dos filhos dos segmentos populares (LEAL, 1995)

Nos transportes terrestres, encontraremos uma gama de atividades que absorveram a mão-de-obra masculina. Os dados do Censo de 1920 apontam 5.770 indivíduos nessa atividade, para 1940, esse número sobe pouco, 7.530; a novidade é a presença de 224 mulheres. Se considerarmos que para a década de 40 foi computado junto com os transportes o serviço de comunicação, encontraremos essas mulheres no trabalho de telefonistas e nos correios.⁶ Nessa atividade, encontraremos carroceiros, motoristas de automóveis, os *chauffeur* de carros, que alugavam seus serviços em pontos determinados da cidade, condutores e

⁶ IBGE – Biblioteca virtual, Censo Demográfico de 1920. Segundo Vasconcelos as primeiras empresas de transporte urbano surgem na segunda metade do século XIX, quando ainda se faziam uso das cadeiras de Arruá, onde negros e escravos carregavam brancos e senhores pelas ruas da cidade. Em 1851 duas linhas de diligência foram implantadas, nas quais os passageiros para frequentar tinham de estar bem vestidos e portar cartolas. Em 1866 foi inaugurada a primeira linha de bondes por animais fazendo o trajeto Água de Meninos ao Bonfim. Em 1869 inicia-se a construção da linha de bondes Piedade-Vitória. Entre 1869 e 1873 foi construído o Elevador Hidráulico Lacerda, ligando a Cidade Alta a Cidade Baixa. E em 1897 inaugura-se a primeira linha de bondes elétricos, Cia de Carris Elétricos. Em 1908 Salvador contava com 363 aparelhos telefônicos, passando para 3.221 em 1925. Em 1918 foi inaugurada a Rodovia Bahia Feira 1939 a Rio - Bahia. Em 1901 circulou pelas ruas da Cidade o primeiro automóvel, em 1915 esses já eram em número de 118, passando a 1.328 em 1928, entre carros, ônibus, e caminhões. VASCONCELOS, Pedro de Almeida, Salvador: Transformações e Permanências (1549-1999), Ilhéus : Editus, 2002, pp. 220/261/268/269. As reformas e melhoramentos nas vias de comunicação urbana ocorreram no perímetro comercial promovendo uma maior integração entre as regiões da cidade. Tal integração foi posteriormente estendida as localidades dentro do Estado, não podemos esquecer a importância de Feira de Santana para o abastecimento da cidade em gêneros alimentícios e em carne de gado, além disso será a partir dessa rodovia que se fará a integração da Bahia com a Capital Federal no Rio de Janeiro.

motorneiros empregados a serviço das companhias Linha Circular, Municipal e Trilhos Centrais, além dos ferroviários.⁷ Em 1936, Artur Moura de Lima, 34 anos, sabendo ler e escrever, afirmou em seu depoimento trabalhar como *chauffuer* (APEBA – Série Defloramento, caixa 31, documento 1, 1936); já em 1927, Basílio Alves dos Santos, 25 anos, sabendo ler e escrever, também afirmou trabalhar como *chouffeur* de praça, no carro pertencente à “garagem Aloizio Bahia”, fazendo ponto do veículo no “Largo do Teatro” (APEBA – Série Defloramento, caixa 18, documento 6, 1927), local onde sua namorada, Antonina Magalhães, 16 anos, parda, o encontrava para passeios de automóvel. Em 1923, Sabino Paulo Dias, 24 anos, sabendo ler e escrever, declarou-se condutor de bonde da linha circular que Maria do Carmo Guimarães, mestiça, 20 anos, costumava pegar para ir de sua residência para o trabalho de modista no centro da cidade, quando o conheceu.⁸ Trabalhar fora, em lojas, escritórios, ateliês, fábricas, que demandassem deslocamento pela cidade, constituíam momentos propícios para encontros, conhecimentos e para dar início a namoros.

É interessante que dentre todos esses, os *chauffeurs* de carro pareciam exercer um fascínio nas jovens, e o carro assume, no discurso de vítimas e testemunhas, um significado de poder, símbolo de masculinidade, assim como um local reservado para encontros amorosos, assumindo a função de instrumento de trabalho e local para vivência dos prazeres. Possuir um automóvel acabava sendo indicativo de duas qualidades consideradas positivas, ser um homem de recursos, ou um poupador, pois somente aqueles, dentre os segmentos médios ou pobres, que conseguiam juntar algum recurso, poderiam fazer frente ao valor da compra de um automóvel.

A lógica que associava vários *chauffeurs* a um veículo, de propriedade particular ou não, associava os carroceiros que transportavam mercadorias, móveis e cargas variadas pela cidade. Os carroceiros geralmente ficavam parados em pontos estratégicos do comércio à espera de um carregamento, como na Praça Deodoro da Fonseca, próximo à Alfândega. A

⁷ Na nossa amostragem os motoristas de carros particulares foram incluídos entre os trabalhadores de transporte, mas para os censos esses profissionais eram computados entre os trabalhadores domésticos.

⁸ APEBA – Série Defloramento caixa 10, documento 14, 1923. A Cia Circular possuía 100 Km de linhas que percorriam trajetos a ligar a cidade alta com a Cidade baixa, o centro com os bairros mais afastados sendo seu limite o bairro da Amaralina, na orla, e o da Ribeira, na península Itapagipana, na Cidade Baixa. No Terreiro de Jesus (Praça 15 de Novembro) podia pegar o bonde para Nazaré, São Bento, São Pedro, Lapa. Daí podia-se pegar bondes para a Barra, seguindo pela Piedade, Rosário Mercês, Ladeira da Barra, Avenida Oceania. Os ramais para o Rio Vermelho, no qual trabalhava Sabino Paulo Dias fazia o caminho pela Sete Portas, Vasco da Gama e Lucaia (Rio Vermelho de Baixo); ou o ramal da Barra (Rio Vermelho de Cima), em direção ao Palácio da Aclamação, Forte São Pedro Campo Grande, Garcia, trajeto que percorria Maria do Carmo Guimarães para chegar ao seu trabalho no São Pedro. Silva, Ma. Elisa L. N. da, Entre Trilhos, Andaimos e Cilindros: Acidentes de Trabalho em Salvador 1934-1944, Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1998, p50.

viagem da Cidade Alta para as docas, no Comércio, custava 2\$000 a 1\$500, mas, de acordo com a distância, o valor poderia variar chegando a 5\$000 (BPEB - Jornal A Cidade, 1918). Já para um *chauffeur*, uma viagem aos subúrbios da cidade poderia custar entre 80\$000 a 50\$000 (APEBA – Série Homicídio, caixa 10, documento 7, 1928).

Apesar de ser um bem cuja aquisição demandava recursos, a compra de um automóvel, para circular na praça, se fazia usando meios ainda hoje em voga. Ulysses Gabriel da Silva⁹ fora *chouffeur* do procurador Guilherme Pedroso Amaral Brandão que, ao adquirir um novo carro, vendeu seu antigo veículo para Ulysses, na condição deste “pagar o restante das prestações”. Ulysses, descrito como homem pobre e honrado, passou a fazer praça no ponto junto ao *Mercado Modelo*, no *Comércio*, local de grande movimento na cidade, centro financeiro e alfandegário, sendo ele próprio condutor do veículo, como um seu ajudante, o também *chauffeur* Januário Maximo da Costa, que rodava com o veículo sempre que seu proprietário, Ulysses, era contratado para fazer viagens longas, fazendo as vezes de motorista de carro particular, como a contratada pelo *Dr. Bahia* para *Feira de Santana*, assim o carro jamais ficava parado, gerando os recursos para fazer frente aos pagamentos mensais.

Como acontecia com os *chauffeurs*, nem todos os carroceiros eram proprietários de carroças e burros, muitos “pertenciam a pessoas que, explorando aquele serviço, contratavam carroceiros para a labuta diária” dividindo entre ambos a diária, ao fim de um dia de trabalho. Outros prestavam serviço arrendados às lojas de móveis, carpintaria, armazéns, fazendo diariamente a entrega ou a busca de produtos, este serviço rendia melhor, pois o pagamento era certo.¹⁰ Em seu auto de perguntas, Raul dos Santos, vulgo Negro Bamba, carregador avulso, proprietário de sua carroça, fez uma entrega para uma loja de móveis “Casa Porvir de uma cama ao valor de 6\$000 ao Bom Gosto da Calçada”.¹¹ Para os que ficavam à espera de frete, esta poderia ser longa e o dinheiro incerto, pois com o advento dos Bondes Elétricos de Bagageiro, muitas pessoas optavam por transportar mercadorias, utensílios e bagagens neles, promovendo uma concorrência aos carroceiros que fazia escassear a freguesia das carroças, aumentando as dificuldades para quem tinha nelas seu meio de vida.¹² As condições de trabalho dos carroceiros eram mais duras, pois, além de manejar com o animal, eram eles que levavam as mercadorias para carregar e descarregar as carroças, além de seus rendimentos

⁹ APEBA – Série Homicídio, caixa 10, documento 7, 1928.

¹⁰ BPEB– Jornal A Cidade, 1918

¹¹ APEBA - Série Homicídio, caixa 30, documento 2, 1940.

¹² BPEB – Jornal A Cidade, 1918

serem inferiores aos dos motoristas, estes viviam no limiar da pobreza, ganhando o mínimo para a sobrevivência.

Entre os carroceiros encontraremos o maior número de negros e mestiços escuros, mas, quer pelos dados das tabelas Profissão Segundo a Cor, quer para os processos de Defloramento, quer para os de Homicídio, Tentativa de Homicídio e Lesões Corporais, dos que foram possíveis identificar a cor, não encontramos nenhum indivíduo descrito como branco trabalhando como carroceiro, ou mesmo, como motorista de carros de praça, sendo entre esses últimos, a maioria era de pardos.

Outro importante grupo de trabalhadores que aparece bem representado nos processos são os sapateiros, alfaiates, mecânicos, barbeiros, cabeleireiros e artistas, que viviam do trabalho nas tendas de sapateiros, nas oficinas, nas barbearias e nas tendas de alfaiates.¹³ Estes compunham 16,2 % do total dos acusados e dos que foram possíveis determinar a cor, eles são descritos como pardos e pretos. O aprendizado desta profissão se fazia na condição de aprendizes, junto a um profissional já estabelecido no mercado, a exemplo de Edgard Santos, com 17 anos de idade que declarou no seu auto de perguntas ser aprendiz de sapateiro. Como aprendiz, frequentava assiduamente a casa do pai de Bellanisia, Laurindo Rosado Telles, artista sapateiro, permanecendo ali por dias.¹⁴ No trabalho do aprendiz, muitas vezes, embutiam-se formas extremas de exploração e, no processo de aprendizado, muitos podiam sofrer graves acidentes que comprometiam sua capacidade de trabalho permanentemente. Ao analisar os acidentes de trabalho entre os anos de 1934 e 1944, Silva (92-94) encontrou entre os acidentados vários aprendizes de mecânico, com idades entre 13 e 17 anos que, no exercício do trabalho, tiveram mãos e dedos amputados pelas máquinas que manejavam.¹⁵

Eminentemente manual e identificado por excelência como a profissão de pobres, negros e mestiços e cujo objetivo era formar uma massa de trabalhadores qualificados que ocuparia os postos de trabalho que a dinâmica mercantil da economia baiana conseguiria produzir. Estes ofícios não eram carregados de um caráter tão desqualificante como o de

¹³ Em 1920 o Censo alocava sob a definição vestuário e toucador 22.442 homens e mulheres, soteropolitanos, dentro desse grande contingente estavam os sapateiros, mecânicos, barbeiros, alfaiates, cabeleireiros, artistas, trabalhadores autônomos, proprietários de pequenas oficinas e salões, costureiras. O Censo de 1940 agrupa estes trabalhadores na indústria de transformação, incluindo aí as costureiras autônomas, os sapateiros de tenda, junto com os trabalhadores da indústria grande e médio porte. Assim, achamos por bem agrupar esses trabalhadores sob a designação de serviços, diferenciando-os das costureiras que designamos por artesanato doméstico e dos trabalhadores da indústria propriamente dita..

¹⁴ APEBA – Serie Defloramento, caixa 10, documento 2, 1922.

¹⁵ Silva, Ma. Elisa L. N. da, Entre Trilhos, Andaimos e Cilindros..., pp. 92-94.

carregador ou carroceiro, por exemplo, devido à sua especialização, mas numa cidade marcada por um nítido recorte racial nas categorias profissionais e cujo título de bacharel equivalia a um símbolo de nobreza identificado às elites brancas e aos poucos branqueados, os ofícios manuais de sapateiro, alfaiate, marceneiro, costureira, bordadeiras, etc se não chegavam a desqualificar completamente, também não produziam importantes símbolos de honra numa sociedade extremamente hierarquizada. Entretanto, como demonstrou Mattoso (1978:153-154), a possibilidade de ascensão social dependia do “talento individual”, da capacidade de cada um enriquecer, “promovendo-se assim a ascensão”. Esses profissionais, por terem melhor qualificação, podiam mais facilmente ascender financeiramente, como se depreende das condições econômicas do pai de Bellanisia de Amorim Telles, Laurindo Rosado Telles, preto, natural de Cachoeira, residente em Salvador, no Tororó distrito de Sant’Ana. O Tororó constituía-se em uma moradia da pobreza remediada, que podia pagar o aluguel da casa e viver decentemente, como João Francisco Rosa, artista cabeleireiro e proprietário de barbearia.¹⁶

Ainda que entre os pobres ter bom procedimento era sinônimo de ser trabalhador e essa fosse definição fosse estendida também às mulheres, como atesta o depoimento das testemunhas no processo de Martinha, que foram unânimes em associar o bom procedimento dela e da mãe ao fato de serem trabalhadoras, ter um marido ou, ao menos, um homem que as amparasse, era considerado importante tanto para as testemunhas do processo como para os operadores do direito envolvidos no processo. Tal importância pode ser medida pela grande recorrência de processos e queixas de defloramento, amparar a jovem deflorada, principalmente se estivesse grávida, foi o mote de muitas queixas. Mas, em contrapartida, evidenciava igualmente que essas moças conduziram suas vidas e suas relações amorosas desafiando normas e preceitos do que seria o “bom comportamento feminino” na vivência de seus desejos, na luta pela sobrevivência.

Bibliografia

AZEVEDO, Thales de, **As Elites de Cor numa Cidade Brasileira: Um Estudo de Ascensão Social & Classe Social e Grupos de Prestígios**, Salvador: EDUFBA: EGBA, 1996.

¹⁶ APEBA – Série Defloramento, caixa 10, documento 2, 1922.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

BACELAR, Jeferson, **A Hierarquia das Raças. Negros e Brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DIAS, M. Odila L. da Silva, **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**, São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREITAS, Miriam Tereza M. G., **Populismo e Carestia. 1951 -1954**, Dissertação de mestrado, Salvador: UFBA, 1985, mimeo.

FERREIRA FILHO. A. H., **Quem Pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940**, Salvador: CEB, 2003

LANDES, Ruth, **A Cidade das Mulheres**, 2ª edição, Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2006.

MATTOSO. Katia M. de Queirois, **Bahia Século XIX. Uma Província no Império**, Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.

PIERSON, Donald. **Brancos e Pretos na Bahia. Estudo de contato racial**. 2ª Edição, São Paulo: editora Nacional, 1971.

RISÉRIO, Antonio, **Uma História da Cidade da Bahia**, Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SANTOS, Mario Augusto da Silva, **A República do povo: sobrevivência e Tensões. Salvador (1890-1930)**, Salvador: EDUFBA, 2001.

VIANNA, Hildelgardes, **Antigamente Era Assim**, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994.

_____ **A Bahia Já Foi Assim**, Salvador: Itapuan, 1973.